

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

CONCURSO PÚBLICO/2013

MANHÃ

Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados relativos ao cargo/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a Folha de Texto Definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e a sua Folha de Texto Definitivo e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

• Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

• Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

• É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 As empresas vêm transformando as unidades de
treinamento em universidades corporativas. Em parte, devido
à incapacidade demonstrada pelas universidades tradicionais de
4 cumprir com o papel de formação e desenvolvimento de
quadros, mas também em decorrência da necessidade de
atender às próprias especificidades.

7 No setor público, a situação não é diferente. As
organizações públicas têm instituído as unidades de educação
corporativa, abrigadas sob a denominação “escolas de
10 governo”, com papel semelhante ao das universidades
corporativas. Respeitam-se, decerto, as características
particulares da administração pública.

13 De forma semelhante às universidades corporativas,
desenvolvidas por grandes empresas privadas para assegurar
o alinhamento da capacitação aos valores e desafios
16 estratégicos que tais empresas enfrentam, o governo necessita
de que as escolas assumam um papel de “escola corporativa de
gestão”, alinhando-se às políticas e diretrizes de governo no
19 sentido da melhoria da gestão pública.

Por outro lado, cada vez mais, os governos recorrem
à sociedade em busca de parcerias para o desenvolvimento de
22 ações. As formas e os mecanismos de desenvolver essas
parcerias variam, mas essa prática é cada vez mais adotada e,
em alguns casos, até mesmo institucionalizada, por meio da
25 incorporação de diferentes atores sociais na definição e na
gestão de políticas públicas.

Essa prática nos revela uma nova concepção de
28 Estado, que se aproxima da sociedade e a incorpora por meio
de atores sociais. A própria Constituição Federal estabeleceu
inúmeros mecanismos e instrumentos de gestão que preveem
31 a incorporação de atores sociais na gestão pública, em especial,
nas áreas de saúde, meio ambiente e educação.

Essa forma ampliada de conceber o conceito do que
34 é público e da ação de governar modifica não só o universo de
atuação das chamadas escolas de governo, mas também sua
missão.

37 Em vez de serem concebidas como instrumento de
modernização do Estado, sua missão passa a ser a de
desenvolver e ampliar a capacidade de governo e aprimorar a
40 ação dos atores sociais que interagem com o Estado e atuam na
esfera pública.

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e a aspectos
linguísticos do texto ao lado, de Adriano C. F. Amorim.

- 1 Seriam preservadas as ideias originais e a correção gramatical do texto, caso o período “Essa prática (...) atores sociais” (ℓ.27-29) fosse reescrito da seguinte forma: Essa prática revela-nos uma nova concepção de Estado que se aproxima e incorpora a sociedade por meio de atores sociais.
- 2 As empresas começaram a instituir as universidades corporativas e os órgãos públicos, as escolas de governo, mormente devido ao fato de as universidades brasileiras não capacitarem minimamente os estudantes para o mercado de trabalho, especialmente nas áreas de saúde, meio ambiente e educação.
- 3 As instituições públicas têm buscado firmar parcerias com agentes externos a seus órgãos para que estes atuem conjuntamente na definição e na gestão de políticas públicas.
- 4 A Constituição Federal prevê, como uma das missões do Estado, a participação da sociedade nas escolas de governo, de forma a contribuir na gestão pública.
- 5 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “às próprias especificidades” (ℓ.6) fosse substituída por **a especificidades próprias**.
- 6 Sem prejuízo da correção gramatical do texto e do seu sentido original, o termo “decerto” (ℓ.11) poderia ser substituído pelo vocábulo **porventura**.
- 7 A expressão “as escolas” (ℓ.17) faz referência às ‘escolas de governo’ (ℓ.9-10).
- 8 Nas expressões “Respeitam-se” (ℓ.11) e “alinhando-se” (ℓ.18), o pronome “se” foi empregado para indicar a indeterminação do sujeito das respectivas formas verbais.
- 9 A coerência e a correção gramatical do texto seriam prejudicadas caso o trecho “De forma semelhante (...) grandes empresas privadas” (ℓ.13-14) fosse reescrito da seguinte forma: De forma semelhante, as grandes empresas privadas desenvolvem universidades corporativas.
- 10 A forma verbal “variam” (ℓ.23) está empregada no plural para concordar com os nomes “formas” e “mecanismos”, na linha 22.

Mem. 10/2012-SEGED

Brasília, 25 de novembro de 2012.

Aos dirigentes das unidades de informação

Assunto: cronograma de remessa de processos para arquivamento.

1. Cumpre-me informar que encaminhamos às unidades o cronograma de remessa de processos para arquivamento referente ao ano de 2013 (Anexo I).
2. As orientações a respeito da remessa de processos para arquivamento estão disponíveis na Portaria n.º 37/2010, que estabelece os procedimentos e ações de Gestão Documental.
3. Solicitamos a colaboração de todos para que sejam observadas as recomendações disponíveis no portal.
4. Devo mencionar, por fim, que a equipe do Serviço de Gestão Documental (SEGED) está à disposição para prestar esclarecimentos sobre o assunto pelo e-mail: seged@tcro.gov.br.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)
(nome)
Chefe do SEGED

Considerando as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue os itens que se seguem, a respeito da adequação do formato e da linguagem da comunicação oficial hipotética acima apresentada.

- 11 De acordo com o MRPR, o memorando apresenta a agilidade como sua principal característica, razão por que a apresentação de anexos e a referência a portarias ou outros documentos regulamentares não são apropriadas nesse expediente.
- 12 Para se adequar o memorando em apreço à prescrição do MRPR relativamente à concisão, seria correta a substituição do trecho “Cumpre-me informar que encaminhamos”, no início do seu parágrafo introdutório, por **Encaminhamos**.
- 13 Para se adequar a comunicação oficial em apreço ao padrão estabelecido pelo MRPR para memorando, a menção ao destinatário deveria ser apresentada após o “Assunto”, feita por meio de vocativo, seguido de vírgula, da seguinte forma: **Aos senhores dirigentes das unidades de informação**.

Considere que um argumento seja formado pelas seguintes proposições:

- P1 A sociedade é um coletivo de pessoas cujo discernimento entre o bem e o mal depende de suas crenças, convicções e tradições.
- P2 As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão.
- P3 A sociedade tem paz quando a tolerância é a regra precípua do convívio entre os diversos grupos que a compõem.
- P4 Novas leis, com penas mais rígidas, devem ser incluídas no Código Penal, e deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância.

Com base nessas proposições, julgue os itens subsecutivos.

- 14 O argumento em que as proposições de P1 a P3 são as premissas e P4 é a conclusão é um argumento lógico válido.
- 15 A proposição “Deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância” é uma proposição composta.
- 16 A P2 — As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão — é uma proposição lógica simples.

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

Com base na tabela apresentada acima, referente ao início da construção da tabela-verdade da proposição S, composta de P, Q e R, que são proposições lógicas simples, julgue os itens a seguir.

- 17 Se $S = Q \leftrightarrow (P \vee R)$, a coluna correspondente à proposição S, depois de preenchida a tabela-verdade, mostrará, de cima para baixo e nesta mesma ordem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, F, V.
- 18 Se $S = (P \rightarrow Q) \wedge (P \rightarrow R)$, a coluna correspondente à proposição S, na tabela acima, conterá, de cima para baixo e na ordem em que aparecem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, V, V.

Considerando que uma empresa adquira 10 *desktops* e 10 *notebooks*, todos distintos, para distribuí-los entre 20 empregados — 10 homens e 10 mulheres —, de modo que cada empregado receba um único equipamento, julgue o seguinte item.

- 19 A quantidade de maneiras distintas de se distribuir esses equipamentos de forma que os homens recebam somente *desktops* é superior a $2 \times (9!)^2$.

RASCUNHO

Julgue os itens a seguir, acerca da história do estado de Rondônia.

- 20 O Território Federal do Guaporé foi criado por Getúlio Vargas mediante o desmembramento de uma parte do território dos estados do Acre e do Amazonas.
- 21 A colonização portuguesa do oeste amazônico, no período colonial, foi motivada pela demanda de látex pelo mercado europeu.
- 22 Em 1866, por decreto do governo do Império do Brasil, os rios Amazonas e Madeira, bem como os seus afluentes, foram abertos, em toda a sua extensão, à navegação mercante internacional.
- 23 Na solução da questão da disputa com a Bolívia pelo território que hoje corresponde ao estado do Acre, o governo brasileiro comprometeu-se a construir uma ferrovia para ligar o porto de Santo Antônio, localizado no rio Madeira, até Guajará-Mirim, no rio Mamoré.

Com relação a aspectos geográficos do estado de Rondônia, julgue os itens subsequentes.

- 24 A política desenvolvimentista utilizada pelos governos militares, após 1964, favoreceu a ocupação e a atividade agropecuária no estado de Rondônia.
- 25 A navegabilidade do Alto Madeira impulsionou a exploração dos seringais nessa região, pois viabilizou o transporte de mão de obra e o escoamento de produtos entre Porto Velho e Manaus.

No que tange à aplicabilidade das normas constitucionais e a direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 26 Se determinado indivíduo perder a nacionalidade por sentença judicial transitada em julgado, ele não poderá, em regra, valer-se de novo processo de naturalização para a obtenção da nacionalidade suprimida, mas será possível ajuizar-se ação rescisória, em que ele poderá obter a rescisão do julgado, com a reforma do cancelamento da nacionalidade.
- 27 A incapacidade civil absoluta configura hipótese de suspensão dos direitos políticos.
- 28 As normas constitucionais de eficácia contida são passíveis de aplicação imediata, sem a necessidade de complementação, mas podem ter seus efeitos restringidos por atuação exclusiva do legislador infraconstitucional.
- 29 Considera-se programática a norma constitucional segundo a qual a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

A respeito da organização político-administrativa e dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.

- 30 A competência para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional, é passível de delegação pelo presidente da República.
- 31 O Conselho Nacional de Justiça tem competência para rever os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais, julgados há menos de um ano, ainda que não seja provocado.
- 32 Constitui competência legislativa remanescente do estado-membro legislar sobre a prestação de serviço de transporte coletivo intermunicipal.
- 33 A iniciativa popular é admitida especificamente para a edição de leis ordinárias, o que exclui sua utilização para as demais espécies normativas previstas na Constituição Federal.
- 34 Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre informática.
- 35 A fiscalização do município é exercida pelo Poder Legislativo estadual, mediante controle externo.

No que se refere às funções essenciais à justiça, julgue os itens seguintes.

- 36 Além das funções previstas na Constituição Federal para o Ministério Público, outras poderão ser estabelecidas pelas legislações federal e estadual, desde que sejam compatíveis com a finalidade institucional do órgão.
- 37 Considerando a autonomia administrativa e financeira atribuída constitucionalmente ao Ministério Público, veda-se ao Poder Executivo promover ajustes na proposta orçamentária anual encaminhada por esse órgão.

Julgue os próximos itens, que dizem respeito aos atos administrativos.

- 38 Se um particular descumprir as condições impostas pela administração para efetuar uma construção, deve-se cassar a licença que tiver sido concedida para tal construção.
- 39 A imperatividade é um atributo de todos os atos administrativos.
- 40 O Poder Judiciário não pode apreciar de ofício a validade de um ato administrativo.
- 41 Caso um delegado ordene a um agente de polícia que torture um preso, esse ato praticado pelo delegado será considerado inexistente.
- 42 A revogação de ato administrativo ocorre nos casos em que se constata ilegalidade no próprio ato.

No que se refere aos princípios básicos da administração, julgue os itens que se seguem.

- 43 O fato de um tabelião de cartório privado, ao praticar determinado ato, no exercício de suas funções, causar dano a particular enseja a responsabilidade civil do Estado.
- 44 É objetiva a responsabilidade da administração pública pelos danos causados por fenômenos da natureza.
- 45 Constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação dolosa que resulte em perda patrimonial para a União, não sendo prevista a omissão culposa para esse tipo de delito.
- 46 Qualquer pessoa pode representar à autoridade competente visando à instauração de investigação para apuração de ato de improbidade administrativa.

A respeito da organização administrativa, julgue o item a seguir.

- 47 As fundações públicas são entidades integrantes da administração direta.
- 48 É possível a obtenção, mediante ação de usucapião, da propriedade de bem pertencente a autarquia e ocupado por particular por mais de quinze anos ininterruptos.

Com base na Lei Orgânica do TCE/RO, julgue os itens seguintes.

- 49 Qualquer cidadão que constatar irregularidade na utilização de verba pública pode formalizar denúncia ao TCE/RO.
- 50 O ato inicial de concessão de aposentadoria de servidor do estado de Rondônia estará sujeito à apreciação do TCE/RO, para fins de registro ou exame.
-